



U e i

# Tribunal de Contas

*Secção Regional da Madeira*

Gabinete da Juíza Conselheira

## Sentença nº 30/2015

Nota Prévia:

Neste processo foi proferida a sentença de fls 31/ss, e, dela, pelo Ministério Público, foi interposto recurso para o Tribunal Constitucional.

Por se tratar de questão já decidida pelo Tribunal Constitucional em recursos da mesma matéria, veio a ser proferida, ao abrigo do disposto no artº 78º-A, nº 1 da LTC, Decisão Sumária que acolheu a jurisprudência do Ac. nº 856/2014, da 1ª. Secção do Tribunal Constitucional, disponível em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt). e afirmou a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral constante do Acórdão nº 801/14, do Tribunal Constitucional.

No que agora interessa, decidiu-se:

(...)

d) Não julgar inconstitucionais as normas constantes dos artigos º, 77º, nº. 4, e 78º, nº 4, , da LOPTC, e no artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, ambos na sua atual redação, na parte em que conferem ao mesmo juiz a iniciativa de acusar, instruir e sentenciar os processos de aplicação de multa a que se refere o art.º 66º da LOPTC;

e) Não julgar inconstitucional a norma do artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, na sua atual redação;

f) Por conseguinte...determinando a reformulação da decisão recorrida em conformidade com os juízos de não inconstitucionalidade constantes das alíneas d) e e) da parte decisória» (cfr Decisão Sumária nº 111/2015, de 11 de Fevereiro, a fls 79/82).

\*

Segue **DECISÃO**:

\*

Nestes autos de aplicação de multa nos termos do art.º 66º, 1, c) da LOPTC, é demandado MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA, deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.



# Tribunal de Contas

*Secção Regional da Madeira*

Gabinete da Juíza Conselheira

---

A infração imputada resultou da não entrega dos elementos que o Tribunal lhe solicitou pelos ofícios n.ºs 884, de 15/4/2013 e 1522, de 14/6/2013, sem que apresentasse justificação procedente.

Em devido tempo, pronunciou-se ele sobre a matéria da infração (neste particular será considerada, apenas, a matéria não decidida pelo Tribunal Constitucional), esclarecendo:

- Nunca ter tido a seu cargo a gestão dos fundos financeiros em causa;
- Não ter acesso aos elementos e informações solicitados, nem a disponibilidade sobre eles;

O Tribunal é o competente (art.ºs 202.º e 214.º da CRP e 1.º n.º 1, 58.º, n.º 4 e 78.º, n.º 4, alínea e) da LOPTC.

Não existem exceções, nulidades ou questões prévias que compita apreciar.

O processo está instruído com a resposta do demandado e com os elementos probatórios necessários à decisão.

Da análise da prova se extrai o facto fundamental e decisivo:

MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA, deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na sequência de notificação nesse sentido, não remeteu ao Tribunal a documentação comprovativa da aplicação concreta dada às quantias recebidas da Assembleia Legislativa em 2008, 2009 e 2010, a título de subvenção; não identificou os responsáveis diretos pela movimentação dessas quantias; não identificou as contas bancárias e respetivos titulares, para as quais a ALM havia transferido as verbas; não remeteu os documentos comprovativos dos saldos às datas de 1/1/2008, 31/12/2009 e 31/12/2010 e não apresentou qualquer justificação.

Em abstrato, este procedimento consubstancia infração punida com multa, como resulta do art.º 66º, n.º 1, c), em devida conjugação com as normas do n.º 2 do art.º 66º, 77º, n.º 4, 78º, n.º 4, e), e 104º, c) da LOPTC e 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas.



*Luci*

## Tribunal de Contas

*Secção Regional da Madeira*

Gabinete da Juíza Conselheira

---

Esta multa é de carácter processual, destinando-se a sancionar o incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal, sendo meramente instrumental do processo principal, por visar, em primeira linha, a concretização do referido dever de colaboração com o tribunal.

A graduação da multa é feita em função do dolo ou da negligência que tenham sido postos no cometimento da infração.

Na descrita factualidade - não apresentação de elementos, nem de justificação - a questão primordial e única, é a de saber se o demandado, enquanto deputado da Assembleia Legislativa Regional tinha (ou tem) o dever jurídico de diligenciar pela remessa dos documentos solicitados e, conseqüentemente, ser sancionado pelo incumprimento do dever de colaboração com o tribunal.

Sobre a qualidade em que estava investido (deputado da Assembleia Legislativa Regional) não há qualquer dúvida; e quanto a ser-lhe exigível (na situação em análise), comportamento traduzido no dever de colaboração com entidades jurisdicionais, também não. Por um lado, porque nos termos da LOFAR (Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, art.ºs 46º e 47º), EPARAM (Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira - art.º 46º), Jurisprudência Constitucional e Doutrina, não lhe incumbe a prestação de contas pelo destino das verbas concedidas aos grupos e representações na Assembleia Legislativa Regional. Por outro, porque deputado que integre grupo parlamentar não é o beneficiário imediato da verba, não lhe cabendo conservar os documentos justificativos de despesa efetuada na atividade parlamentar, muito embora os deva transmitir às estruturas competentes do grupo do partido respetivo. Por outro, ainda, porque MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA não lidou com o dinheiro atribuído, não fez pagamentos, nem assumiu responsabilidades pelos gastos assumidos pelo partido ou GP.

Posto isto, a conclusão a extrair é a de que não só não estavam à disposição do demandado os documentos solicitados, mas também que a obrigação de os apresentar não



## Tribunal de Contas

*Secção Regional da Madeira*

Gabinete da Juíza Conselheira

---

Ihe incumbe, de modo que a MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA não pode ser imputado incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal.

Esta conclusão prejudica o conhecimento das demais questões levantadas neste processo.

Pelo exposto e sem necessidade de mais considerações **decido**:

1. Não aplicar a multa referida no artº 66º, 1, c) e 2 da LOPTC, a MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA por não se provar a sua autoria na infração que lhe foi atribuída.
2. Ordenar o arquivamento do processo.
3. Notifique MIGUEL JOSÉ LUÍS DE SOUSA.
4. Notifique o Exmo. Magistrado do Ministério Público.
5. Registe.

Funchal, 17 de Março de 2015

A Juíza Conselheira

*Laura Tavares da Silva*